

TRABALHO DE DIREITO EMPRESARIAL

Autor(res)

Thiago Caetano Luz
João Pedro Angelo Barbosa
Anna Vitoria Santos Oliveira
Marcelo Rodrigues Da Silva
Celso Marcelo Ferreira Da Silva
Rodrigo Rodrigues De Souza
Tarcila Ferreira Dos Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O Direito Empresarial, assim como outros ramos do Direito, baseia-se em princípios gerais, muitos dos quais estão previstos na Constituição Federal, especialmente no Art. 170. Este artigo estabelece que a ordem econômica deve ser pautada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com o objetivo de garantir uma existência digna, respeitando princípios como soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor e do meio ambiente, entre outros. Além disso, o Direito Civil, por meio do Art. 966, define empresário como aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada, excetuando profissionais intelectuais, salvo quando essa atividade compõe uma estrutura empresarial. Assim, as normas empresariais estão subordinadas tanto à Constituição quanto ao Código Civil.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais aspectos do Direito Empresarial, abordando temas fundamentais como a proteção ao consumidor, as estruturas societárias, a responsabilidade empresarial, a inovação e a propriedade intelectual, os direitos trabalhistas e os desafios jurídicos enfrentados pelas empresas de tecnologia no contexto digital. Busca-se compreender como o ordenamento jurídico brasileiro regula a atividade empresarial, promovendo segurança jurídica, transparência e responsabilidade nas relações econômicas contemporâneas.

Material e Métodos

O Direito Civil, em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), estabelece direitos e deveres fundamentais para a proteção do consumidor. É essencial que as empresas mantenham uma relação transparente e honesta com seus consumidores, fornecendo informações claras e precisas sobre os produtos e serviços.
Além disso, as empresas devem cumprir com as promessas e respeitar os direitos dos consumidores, como o direito à devolução, ao reembolso e à reparação de danos. A privacidade e a segurança das informações dos



consumidores também devem ser mantidas. Conhecer os direitos dos consumidores e respeitá-los em todas as etapas da relação de consumo é fundamental para as empresas. Isso inclui desde a publicidade até a pós-venda. Ao fazer isso, as empresas não apenas cumprem com suas obrigações legais, mas também constroem uma relação de confiança com os consumidores, o que pode levar a uma maior satisfação e fidelidade. O Art 6 da lei n° 8.078/1990 do código de defesa do consumidor estabelece direitos básicos e pilares para as relações comerciais são eles:

Da obrigação empresarial:

I - A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - A educação e informação adequadas e claras sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

III - A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

IV - A proteção do consumidor na relação de consumo, mediante a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, salvo quando, a critério do juiz, for verificada a hipossuficiência do fornecedor de produtos ou serviços;

Resultados e Discussão

Conhecer os direitos como consumidor é essencial para garantir uma relação de consumo segura e justa. Ao estar ciente de seus direitos, você pode reivindicá-los de forma eficaz sempre que necessário, protegendo-se contra práticas abusivas ou desleais e garantindo que suas necessidades sejam atendidas de forma satisfatória.

Do direito do consumidor:

Direito à informação: O consumidor tem direito informações claras e precisas sobre os produtos e serviços.

Direito à segurança: O consumidor tem direito a produtos e serviços seguros e saudáveis.

Direito à liberdade de escolha: O consumidor tem direito a escolher livremente os produtos e serviços que deseja.

Direito à igualdade: O consumidor tem direito a ser tratado de forma justa e igualitária.

Direito à reparação: O consumidor tem direito a reparação por danos causados por produtos ou serviços defeituosos.

Direito à desistência: O consumidor tem direito a desistir de uma compra dentro de um prazo determinado.

Direito à garantia: O consumidor tem direito a garantia para produtos e serviços.

2.2 ESTRUTURA EMPRESARIAL E SOCIETÁRIA

Na estrutura empresarial e societária, existem algumas obrigações que devem ser cumpridas por um empresário e, caso não o sejam, implicam em graves consequências, até chegando a implicações penais. Por exemplo, o registro na Junta Comercial ou em órgão competente, a escrituração regular de seus negócios e as demonstrações contábeis periódicas são obrigações primarias do empresário. O primeiro e principal ato a ser cumprido é denominado de “Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins” e deve ser efetuado pelas sociedades empresárias na Junta Comercial competente da unidade federativa em que se localiza. Já as sociedades simples devem ser registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Conclusão



De modo geral, o direito empresarial ocupa uma posição crucial na organização e no funcionamento das atividades comerciais, criando um ambiente jurídico que promova segurança e previsibilidade nas interações entre os agentes econômicos. Neste estudo, abordamos os principais elementos que regem as empresas, desde sua formação até sua extinção, incluindo a regulamentação das sociedades, contratos, segurança trabalhista, defesa do consumidor e proteção de dados. A relevância da legislação empresarial se torna ainda mais clara em um contexto globalizado, onde as organizações enfrentam desafios contínuos e precisam se adaptar rapidamente às transformações. A familiarização com as normas e princípios do direito empresarial é fundamental para a elaboração de decisões estratégicas e para a redução de riscos jurídicos. Em conclusão, é vital que os profissionais da área permaneçam informados sobre as inovações legislativas e as tendências do mercado, assegurando a conformidade e a competitividad

Referências

ALMEIDA, A. P. Manual das Sociedades Comerciais: Direito de Empresa. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Lenza, Pedro, coleção esquematizado, direito constitucional, Pedro Lenza; coordenado por Pedro Lenza, 28ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

Livia Nonato Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atua na área de marketing, contente SEO há quatro anos. Atualmente, é analista de SEO na AEVO e aborda temáticas de inovação e tecnologia.

O que os empresários devem saber sobre direito do consumidor? Disponível em: https://valentereispessali.com.br/direitos-dos-consumidores-para-empresas/ Livro código de defesa do consumidor.